

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



**A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO DE IDENTIDADE DE GÊNERO NA
FORMAÇÃO DOCENTE PARA PROMOÇÃO DO ACESSO EQUITATIVO À
EDUCAÇÃO**

Talita Miranda Pitanga Barbosa Cardoso¹¹

Amanda Ramos da Paixão²

Marcio Costa de Souza³

Florian Barboza Silva⁴

Resumo: Historicamente, pessoas trans têm sido submetidas a processos sistemáticos de discriminação e estigmatização que restringem o acesso a direitos fundamentais, entre eles o direito à educação. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da incorporação do letramento de gênero nos processos de formação docente. Trata-se de uma reflexão de natureza teórico-analítica, fundamentada em revisão de literatura recente sobre educação, diversidade de gênero e políticas de inclusão no contexto universitário. A revisão de literatura evidencia que a trajetória educacional de pessoas trans no Brasil é marcada por processos de exclusão que frequentemente se iniciam ainda nos primeiros anos da escolarização e que a incorporação do letramento de gênero nos processos formativos e na educação permanente de docentes pode contribuir para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, viabilizando a transformação institucional e maior equidade educacional. Portanto, o letramento de gênero na formação docente é fundamental para transformar a cultura acadêmica e garantir não apenas o ingresso, mas a permanência e o respeito à trajetória de estudantes trans no ensino superior, consolidando uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Pessoas Transgênero. Política de Educação Superior. Educação Permanente. Justiça social.

¹¹ Farmacêutica e Mestra em Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Pesquisa sobre Produção do Cuidado e Identidade de Gênero. E-mail: talipitanga2@gmail.com.

² Graduanda em Farmácia pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: amanda.paixao@ufba.br.

³ Professor de Cursos de Saúde pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Pesquisa sobre Micropolítica da Saúde e Produção do Cuidado. E-mail: mcsouzafisio@gmail.com.

⁴ Professor do Curso de Administração e Secretariado Executivo pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisa sobre Espiritualidade, Trabalho e Organização e Identidade de gênero. E-mail: floriano.barboza@ufba.br.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



**THE IMPORTANCE OF GENDER IDENTITY LITERACY IN TEACHER
TRAINING FOR THE PROMOTION OF EQUITABLE ACCESS TO
EDUCATION**

Abstract: Historically, trans people have been subjected to systematic processes of discrimination and stigmatization that restrict access to fundamental rights, including the right to education. Given this context, the present study aims to analyze the importance of incorporating gender literacy into teacher training processes. This is a theoretical-analytical reflection based on a recent literature review concerning education, gender diversity, and inclusion policies within the university context. The literature review highlights that the educational trajectory of trans people in Brazil is marked by exclusion processes that often begin in the early years of schooling. It further demonstrates that incorporating gender literacy into formative processes and continuing education for teachers can contribute to building more inclusive educational environments, enabling institutional transformation and greater educational equity. Therefore, gender literacy in teacher training is essential to transforming academic culture and ensuring not only the admission but also the retention and respect for the trajectories of trans students in higher education, thereby consolidating a truly inclusive and democratic education.

Keywords: Gender Identity. Transgender Persons. Higher Education Policy. Education, Continuing. Social Justice.

**LA IMPORTANCIA DEL ALFABETISMO DE IDENTIDAD DE GÉNERO EN
LA FORMACIÓN DOCENTE PARA LA PROMOCIÓN DEL ACCESO
EQUITATIVO A LA EDUCACIÓN**

Resumen: Históricamente, las personas trans han sido sometidas a procesos sistemáticos de discriminación y estigmatización que restringen el acceso a derechos fundamentales, entre ellos el derecho a la educación. Ante esto, el presente estudio tiene como objetivo analizar la importancia de la incorporación del alfabetismo de género en los procesos de formación docente. Se trata de una reflexión de naturaleza teórico-analítica, fundamentada en una revisión de literatura reciente sobre educación, diversidad de género y políticas de inclusión en el contexto universitario. La revisión de literatura evidencia que la trayectoria educativa de las personas trans en Brasil está marcada por procesos de exclusión que frecuentemente se inician desde los primeros años de escolarización y que la incorporación del alfabetismo de género en los procesos formativos y en la educación permanente de docentes puede contribuir a la construcción de ambientes educativos más

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



inclusivos, viabilizando la transformación institucional y una mayor equidad educativa. Por lo tanto, el alfabetismo de género en la formación docente es fundamental para transformar la cultura académica y garantizar no solo el ingreso, sino también la permanencia y el respeto a la trayectoria de estudiantes trans en la educación superior, consolidando una educación verdaderamente inclusiva y democrática.

Palabras clave: Identidad de Género. Personas Transgénero. Política de Educación Superior. Educación Continua. Justicia Social.

INTRODUÇÃO

Historicamente, pessoas trans têm sido submetidas a processos sistemáticos de discriminação e estigmatização que restringem o acesso a direitos fundamentais, entre eles o direito à educação. No contexto brasileiro, essa realidade se manifesta de forma particularmente intensa, refletindo desigualdades estruturais que atravessam as dimensões social, cultural e institucional. Dados recentes indicam que a expectativa de vida de pessoas trans no Brasil gira em torno de 35 anos, resultado de um conjunto de fatores que incluem violência, marginalização social e dificuldades de acesso a serviços básicos de saúde e proteção social (BENEVIDES, 2024).

No campo educacional, essas desigualdades se expressam por meio da baixa presença dessa população no ensino superior. De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2019), apenas cerca de 0,2% da população universitária brasileira se identifica como transgénero. Quando comparado à estimativa de que pessoas trans representam entre 0,5% e 2% da população geral, observa-se uma discrepância significativa que evidencia processos de exclusão educacional que antecedem o ingresso no ensino superior.

Nesse cenário, torna-se fundamental problematizar os mecanismos institucionais que contribuem para a reprodução dessas desigualdades. Entre eles, destaca-se a ausência

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



de formação adequada para docentes e profissionais da educação no que diz respeito às questões relacionadas à diversidade de gênero. A predominância de perspectivas heteronormativas e cisnormativas no ambiente escolar tende a invisibilizar experiências e identidades dissidentes, dificultando a construção de espaços educacionais inclusivos e respeitosos. Conforme argumenta Foucault (2014), as instituições sociais, entre elas a escola, historicamente atuam como dispositivos de regulação dos corpos e das sexualidades, produzindo normas que delimitam quais identidades são reconhecidas como legítimas no espaço social. Nos últimos anos, algumas universidades brasileiras passaram a implementar políticas afirmativas voltadas especificamente para pessoas trans, incluindo a reserva de vagas em processos seletivos. Essas iniciativas representam avanços importantes na ampliação do acesso ao ensino superior. Entretanto, diversos estudos apontam que o ingresso institucional não garante, por si só, condições adequadas de permanência acadêmica, uma vez que estudantes trans frequentemente enfrentam situações de discriminação, desrespeito à identidade de gênero e ausência de políticas de apoio institucional (AÇÃO EDUCATIVA, 2026; SILVA, 2025).

Diante desse contexto, emerge a necessidade de promover processos formativos que contribuam para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos. O letramento de gênero, entendido como a capacidade de compreender criticamente as dinâmicas sociais relacionadas às identidades e expressões de gênero, relaciona-se também à compreensão de que o gênero não constitui uma categoria fixa ou essencial, mas um processo socialmente construído e reiterado por práticas culturais e discursivas (BUTLER, 2019)., apresenta-se como um elemento fundamental na formação docente contemporânea.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da incorporação do letramento de gênero nos processos de formação docente, considerando seu potencial para promover condições mais equitativas de acesso e permanência de estudantes trans no ensino superior. Trata-se de uma reflexão de natureza teórico-

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



 **8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido



analítica, fundamentada em revisão de literatura recente sobre educação, diversidade de gênero e políticas de inclusão no contexto universitário.

DESENVOLVIMENTO

1. Exclusão educacional e invisibilização das identidades trans

A trajetória educacional de pessoas trans no Brasil é marcada por processos de exclusão que frequentemente se iniciam ainda nos primeiros anos da escolarização. Práticas discriminatórias, ausência de reconhecimento institucional da identidade de gênero e ambientes escolares pouco acolhedores contribuem para elevados índices de evasão entre estudantes trans.

Diversos autores apontam que as instituições educacionais ainda operam a partir de uma lógica de cisnormatividade, na qual as identidades cisgêneras são tratadas como padrão universal de referência. Nesse contexto, experiências que não se enquadram nesse modelo tendem a ser invisibilizadas ou interpretadas como desvios em relação à norma dominante (LOURO, 2018; BENTO, 2017).

A incorporação dessas discussões no campo educacional também dialoga com contribuições da teoria queer, que questiona a naturalização das identidades de gênero e sexualidade. Para Miskolci (2017), essa perspectiva permite compreender como normas sociais produzem hierarquias entre identidades consideradas legítimas e aquelas que são marginalizadas. No contexto educacional, tal abordagem contribui para ampliar a compreensão sobre diversidade e promover práticas pedagógicas mais sensíveis às múltiplas experiências de gênero presentes na sociedade contemporânea.

Essa dinâmica produz efeitos significativos no campo da produção e circulação do conhecimento. Conforme argumenta Souza (2022), a exclusão de sujeitos trans dos espaços acadêmicos também se expressa na forma de uma injustiça epistêmica, caracterizada pela desvalorização ou marginalização de saberes produzidos a partir dessas experiências sociais. Desse modo, a ausência de representatividade não se limita à

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



dimensão demográfica, mas também se reflete na configuração dos currículos, das bibliografias e das agendas de pesquisa.

Nesse sentido, compreender os processos de exclusão educacional que afetam pessoas trans implica reconhecer que a desigualdade de acesso ao ensino superior não é resultado apenas de fatores individuais, mas de estruturas institucionais que historicamente limitaram a participação plena dessa população nos espaços de produção de conhecimento.

2. Políticas afirmativas e desafios da permanência acadêmica

Nos últimos anos, diferentes instituições de ensino superior no Brasil passaram a adotar políticas afirmativas voltadas à inclusão de pessoas trans. Essas iniciativas têm sido impulsionadas tanto por mobilizações de movimentos sociais quanto por avanços no campo jurídico relacionados ao reconhecimento da identidade de gênero.

A criação de vagas específicas para pessoas trans em processos seletivos representa um passo importante no enfrentamento das desigualdades educacionais historicamente produzidas. No entanto, estudos recentes indicam que a ampliação do acesso não tem sido acompanhada, na mesma proporção, pela implementação de políticas institucionais voltadas à permanência estudantil (SILVA, 2025).

Relatórios elaborados por organizações da sociedade civil apontam que estudantes trans frequentemente enfrentam obstáculos relacionados à precariedade econômica, dificuldades de acesso à moradia estudantil e experiências recorrentes de discriminação no cotidiano universitário (AÇÃO EDUCATIVA, 2026). Além disso, o desrespeito ao nome social e aos pronomes de tratamento constitui uma das formas mais comuns de violência simbólica no ambiente acadêmico.

Esses elementos indicam que políticas de inclusão precisam ser acompanhadas por mudanças mais amplas na cultura institucional das universidades. Nesse processo, o papel do corpo docente torna-se particularmente relevante, uma vez que professores atuam diretamente na mediação das experiências educacionais vivenciadas pelos estudantes.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



3. Letramento de gênero e formação docente

O conceito de letramento de gênero refere-se ao conjunto de conhecimentos e competências que possibilitam compreender criticamente as relações sociais estruturadas em torno das identidades de gênero. Nesse sentido, Scott (1995) define o gênero como uma categoria analítica fundamental para compreender relações de poder historicamente construídas, permitindo interpretar como desigualdades sociais são produzidas e naturalizadas em diferentes instituições, incluindo o sistema educacional. No campo educacional, essa perspectiva envolve a capacidade de reconhecer a diversidade de experiências humanas e de desenvolver práticas pedagógicas que respeitem essa pluralidade (FERREIRA; LIMA, 2024).

Diferentemente de abordagens meramente informativas, o letramento de gênero implica uma transformação mais profunda das práticas pedagógicas e das formas de interação estabelecidas no ambiente educacional. Trata-se de um processo formativo que envolve tanto a dimensão cognitiva quanto a dimensão ética da atuação docente.

Nesse sentido, autores recentes propõem compreender o letramento de gênero a partir de três dimensões interdependentes:

Dimensão jurídico-institucional, relacionada ao conhecimento das normativas que garantem direitos à população trans, como o uso do nome social e a retificação de registros acadêmicos;

Dimensão ético-relacional, que envolve a construção de relações pedagógicas baseadas no respeito à diversidade e na valorização da alteridade;

Dimensão curricular, voltada à inclusão de perspectivas teóricas e produções acadêmicas que abordem criticamente as questões de gênero e sexualidade (FERREIRA; LIMA, 2024).

Segundo Domingues e Sena (2024), o letramento de gênero na licenciatura vem sendo cada dia mais necessário, entretanto, barreiras culturais, estigmas construídos e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDDE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



 8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



uma sociedades tradicionalista acabam influenciando na construção desse tema na formação de alguns docentes. Dessa forma, os estudantes tornam-se vulneráveis ao preconceito e, por consequência, muitos desistem da vida acadêmica. Logo, uma educação permanente sobre o assunto para docentes pode garantir um ambiente mais inclusivo e seguro para todos os estudantes.

A incorporação dessas dimensões nos processos formativos pode contribuir para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, nos quais estudantes trans se sintam reconhecidos como sujeitos legítimos no espaço acadêmico.

4. Educação permanente e transformação institucional

A promoção do letramento de gênero na formação docente demanda a adoção de estratégias institucionais que ultrapassem ações pontuais ou iniciativas isoladas. Nesse contexto, a educação permanente apresenta-se como uma abordagem particularmente relevante, pois privilegia processos formativos contínuos e contextualizados nas práticas cotidianas das instituições.

Segundo Martins et al. (2025), a educação permanente baseia-se na problematização das experiências concretas vivenciadas no ambiente institucional, permitindo que docentes reflitam criticamente sobre suas práticas e desenvolvam novas formas de atuação pedagógica. Aplicada ao campo das relações de gênero, essa perspectiva possibilita discutir como determinadas normas sociais são reproduzidas no cotidiano educacional e de que maneira podem ser transformadas.

A literatura recente demonstra que iniciativas de formação continuada voltadas à diversidade de gênero têm impacto positivo na construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos. Ao ampliar a compreensão sobre as experiências vivenciadas por estudantes trans, essas ações contribuem para reduzir práticas discriminatórias e fortalecer vínculos institucionais.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Dessa forma, a promoção do letramento de gênero no âmbito da formação docente constitui um elemento estratégico para o avanço da equidade educacional. Ao reconhecer a diversidade de identidades presentes no espaço universitário, as instituições de ensino superior ampliam sua capacidade de cumprir sua função social de produzir e disseminar conhecimento em contextos plurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a importância do letramento de gênero na formação docente como estratégia para promover condições mais equitativas de acesso e permanência de estudantes trans no ensino superior. A análise da literatura evidenciou que a exclusão dessa população das universidades brasileiras não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como resultado de processos históricos de marginalização que atravessam diferentes esferas da vida social.

Embora iniciativas recentes, como a implementação de políticas afirmativas, tenham contribuído para ampliar o ingresso de pessoas trans nas instituições de ensino superior, permanecem desafios significativos relacionados à permanência acadêmica. Situações de discriminação, ausência de políticas de acolhimento institucional e fragilidade das redes de apoio estudantil continuam a representar obstáculos importantes para a trajetória educacional dessa população.

Nesse contexto, O letramento de gênero emerge como um componente essencial da formação docente contemporânea, sobretudo quando se reconhece que as identidades de gênero são socialmente produzidas e reguladas por normas culturais e institucionais (BUTLER, 2019; MISKOLCI, 2017). Ao desenvolver competências relacionadas à compreensão da diversidade de identidades de gênero, professores podem contribuir para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e respeitosos.

A incorporação de práticas de educação permanente voltadas à diversidade de gênero apresenta-se, portanto, como uma estratégia relevante para a transformação das

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



culturas institucionais das universidades. Mais do que um tema adicional no currículo formativo, o letramento de gênero deve ser compreendido como uma dimensão transversal da prática pedagógica, fundamental para a consolidação de uma educação comprometida com os princípios da equidade, da justiça social e do respeito à diversidade.

Assim, a ampliação da presença de estudantes trans no ensino superior dependerá, em grande medida, da capacidade das instituições educacionais de promover processos formativos que preparem docentes para atuar em contextos sociais cada vez mais diversos. Somente por meio dessa transformação será possível construir universidades verdadeiramente plurais e comprometidas com a democratização do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. **Visibilidade trans: políticas de inclusão avançam na educação básica e no ensino superior, mas permanência ainda é desafio.** São Paulo: Ação Educativa, 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018.** Brasília: ANDIFES, 2019.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023.** Brasília: ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2024.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** 3. ed. Salvador: Devires, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



DOMINGUES, Jonathan Machado; SENA, Matheus Reuter. **O letramento de gênero e sexualidade na formação docente**. *Revista Devir Educação*, Lavras, v. 8, n. 1, e-840, 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SILVA, Fernando Rogério. **Cotas trans – reserva de vagas para pessoas trans e travestis no ensino superior: primeiras iniciativas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, v. 25, n. 100, p. 167–208, abr./jun. 2025.